

DO FADO AO TANGO A emigração portuguesa para a Região Platina

*Helena Carreiras, Andrés Malamud, Beatriz Padilla,
Maria Xavier e Diego Bussola*

Introdução

É conhecida a importância da emigração espanhola e italiana na constituição das sociedades nacionais do cone sul da América Latina; muito menos se sabe sobre o impacto da emigração portuguesa, especialmente nos países de fala hispânica (Assunção, 2004; Padilla, 2004). Este artigo explora as dinâmicas migratórias e as características dos imigrantes portugueses na região do Rio da Prata, área que abarca a República Oriental do Uruguai, as províncias do litoral Argentino e os estados do Sul do Brasil. A análise proposta resulta fundamentalmente de informação obtida em arquivos oficiais portugueses, nos escassos trabalhos de investigação existentes e de uma análise preliminar de dados recolhidos junto a associações de imigrantes e descendentes de portugueses nos três países mencionados. A primeira secção introduz a Região Platina e caracteriza-a histórica e culturalmente. A segunda descreve os processos migratórios que a foram povoando entre meados do século XIX e meados do século XX. Com esse objectivo, identificam-se as políticas migratórias na origem e destinos e periodizam-se os fluxos provenientes de Portugal. Na secção seguinte são revistos alguns elementos de caracterização dos vários núcleos de imigrantes portugueses na região, sobretudo do ponto de vista das suas práticas e estruturas associativas. O artigo conclui com um conjunto de reflexões comparativas.¹

A região de destino: o Rio da Prata

O Rio da Prata foi avistado pela primeira vez em 1516. O seu descobridor, o navegante espanhol Juan Díaz de Solís, confundiu-o com um mar, dadas as suas enormes dimensões, e denominou-o Mar Doce. O que Solís não sabia era que nunca sairia do Prata com vida: os nativos não o permitiriam. Nem mesmo podia imaginar que havia iniciado a conquista de uma região que, com o tempo, se transformaria numa segunda fronteira entre os dois impérios ibéricos que disputavam entre si o novo mundo. Ao contrário do resto da América do Sul, onde enormes extensões vazias separavam as populações de origem hispânica e lusitana, na bacia do Rio da Prata as frentes de conquista e exploração colonial estavam em contacto directo

1 Este artigo resulta de um projecto de investigação financiado pelo *Programa Lusitânia* (PLUS/SOC/50307/2003, FCT — GRICES — Instituto Camões); uma primeira versão foi apresentada no 52.º *Congresso Internacional de Americanistas (52ICA)*, Sevilha, 17-21 de Julho de 2006. Agradecemos a Fátima Carreiras pela assistência de investigação.



Figura 1 Mapa da Região Platina (Argentina Litoral, Sul do Brasil e Uruguai)

(Corrêa, 2000: 29). Aqui se combateria, nos séculos seguintes, pela definição dos novos limites entre Espanha e Portugal.

Na sequência do Tratado de Tordesilhas de 1494, toda a Região Platina ficava na posse de Espanha. O enviado hispânico Pedro de Mendoza fundaria, em 1536, a cidade de Buenos Aires sobre a margem direita do rio. Contudo, em 1580 os acontecimentos políticos na Península Ibérica ocasionaram uma mudança inesperada. Dois anos antes, o rei português Dom Sebastião fora morto na batalha de Alcácer Quibir no Norte de África. O trono de Portugal ficou sem sucessores, o que fez com que, após a morte do regente transitório Dom Henrique, o rei de Espanha, Filipe II, tenha unificado sob a sua autoridade as coroas peninsulares. Simultaneamente, a cidade de Buenos Aires era novamente fundada por Juan de Garay, na medida em que a primeira povoação havia sido destruída pelos nativos. Assim, o ano de 1580 assinalou ao mesmo tempo o nascimento da União Ibérica na Europa e o da cidade mais importante da Região Platina na América. Se a primeira iria durar apenas sessenta anos, a segunda estava destinada a um futuro mais venturoso.

A dominação espanhola sobre Portugal manifestou-se, no Rio da Prata, de uma forma paradoxalmente invertida. Com efeito, Buenos Aires foi “invadida” pelos comerciantes lusitanos que captavam o contrabando proveniente das minas do Potosí e introduziam os produtos ingleses na cidade, violando desse modo a regulamentação monopolística espanhola (Kühn, 2002: 31). Esta situação manteve-se

até 1640, quando os reinos ibéricos voltaram a separar-se e os portugueses foram expulsos de Buenos Aires. Nesta circunstância, os comerciantes lusitanos pressionaram a corte para que fundasse um posto avançado na margem esquerda do Rio da Prata, com vista a disputar o controlo da região aos espanhóis. No entanto, a situação de Portugal, em guerra com a Espanha na Europa e com a Holanda no Nordeste brasileiro, não lhe permitiu dar uma resposta imediata às exigências locais. Isso viria a acontecer apenas em 1680.

Exactamente cem anos depois da segunda fundação de Buenos Aires pelos espanhóis, os portugueses fundariam um assentamento estrategicamente situado em frente da cidade porto. Colónia do Sacramento, situada no que hoje é Uruguai, converter-se-ia, com o tempo, numa espécie de Alsácia ou Lorena da América Latina: ora os espanhóis a conquistavam no campo de batalha, ora os portugueses a recuperavam na mesa das negociações. Empreendimento patrocinado pelos grandes comerciantes do Rio de Janeiro, Colónia foi objecto de inúmeros combates e acordos diplomáticos. Este vaivém manter-se-ia até 1777, quando o Tratado de Santo Ildefonso definiu a sua entrega definitiva aos espanhóis. Contudo, a doutrina do *uti possidetis*, segundo a qual a posse de um território confere direito de propriedade sobre ele, permitiu que Portugal conservasse grandes extensões de terra que, segundo o tratado de Tordesilhas, pertenciam à coroa espanhola. Entre estes territórios contam-se os actuais três estados do sul do Brasil: Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Com vista a garantir o controlo português sobre estes territórios, a coroa autorizou a entrada massiva de imigrantes açorianos em 1746. Os recém-chegados instalaram-se maioritariamente no estado mais austral, Rio Grande do Sul, dando-lhe uma identidade particular que não perderia.

O Tratado de Santo Ildefonso foi assinado apenas um ano após a criação do Vice-reinado do Rio da Prata em 1776. A nova jurisdição dividiu a América Hispânica, fazendo de Buenos Aires a capital do vice-reinado nascente e tornando a Região Platina autónoma do Vice-reinado do Peru. Por conseguinte, a região passou a relacionar-se directamente com a Europa e permaneceu mais exposta a novas ideias e correntes de pensamento. Este caldo cultural germinou em 1810, quando se iniciou o processo que conduziria à independência dos territórios espanhóis. Buenos Aires tornou-se o foco dos movimentos revolucionários, mas o seu jacobinismo precoce contribuiu para alienar as populações e líderes do interior. Esta situação foi aproveitada por Portugal, que voltou a invadir a Banda Oriental em 1811.² Até então, a fronteira sempre havia estado em movimento: não apenas as populações que habitavam as zonas transfronteiriças atravessavam frequentemente de um país para outro, mas os próprios limites territoriais sofriam deslocções em função dos acontecimentos militares, diplomáticos e demográficos. Foi a constituição dos estados nacionais durante este período que consolidou a noção de uma rivalidade histórica. Na realidade, a fronteira havia sido, até esse momento, um espaço fluido, pouco povoado, aberto ao intercâmbio e disponível para a conquista,

2 O conflito entre as antigas colónias espanholas do Prata e o que seria o império do Brasil continuaria por resolver, com guerras intermitentes, até ao fim da Guerra do Paraguai em 1870, que alinhou a Argentina, Brasil e Uruguai contra o Paraguai.

ora incentivada pelos governos, ora por ordens religiosas (jesuítas), ou pela ambição pessoal de aventureiros e bandeirantes.

Hoje em dia, a população platina é de origem maioritariamente europeia, com escassa presença de indivíduos de ascendência africana e uma reduzida componente indígena. A população autóctone e os escravos trazidos de além-mar foram dizimados no século XIX por guerras, doenças e, nalguns casos, campanhas explicitamente dirigidas a deslocá-los ou exterminá-los. Como consequência, os habitantes de ascendência hispânica ou lusitana converteram-se no elemento demográfico hegemónico. Os lusitanos, contudo, foram-se retraindo em direcção ao norte, sobretudo a partir da derrota militar do império brasileiro face às Províncias Unidas do Rio da Prata (Argentina) em 1828. O resultado mais evidente da guerra foi a criação da República Oriental do Uruguai na margem norte do Rio da Prata. Tratou-se de uma solução de compromisso, patrocinada pela Grã-Bretanha e aceite tanto pela Argentina como pelo Brasil. Ficava assim resolvida a questão do acesso e navegação nos rios interiores: nenhum dos beligerantes teria o controlo sobre ambos os lados do estuário; seria um novo país, o Uruguai, o encarregado de amortecer a relação entre os gigantes da região. No entanto, o processo de consolidação dos estados nacionais não foi imediato e as forças centralizadoras do Rio de Janeiro, Buenos Aires e Montevideu tiveram que lidar durante mais de três décadas com as tendências centrífugas cujo epicentro se situava no Rio da Prata.

Entre 1811 e 1870, quer dizer, entre as revoluções independentistas e a Guerra do Paraguai, as políticas domésticas da Argentina, Uruguai e Brasil estiveram fortemente imbricadas. As facções internas dos três países envolviam-se em contínuas alianças com facções afins nos países vizinhos, seguindo o princípio de que “o inimigo do meu inimigo é meu amigo”. Estas interferências mútuas nos assuntos internos seriam interrompidas, contudo, quando os três países uniram forças numa guerra contra o Paraguai. O conflito desenrolou-se entre 1864 e 1870 e o seu resultado favoreceu a centralização estatal nas potências vencedoras. Faltava apenas um passo para a definitiva fixação das fronteiras, que selaria a supremacia dos estados nacionais sobre a fluidez territorial até então predominante na região (Wilde, 2003).

No início do século XX, sob inspiração do barão de Rio Branco — nessa altura ministro das Relações Exteriores do Brasil —, acordar-se-ia a delimitação definitiva das fronteiras nacionais. A partir deste momento não existiram mais disputas territoriais entre os quatro países da região. Não obstante, as desconfianças nacionais mantiveram-se e, por vezes, exacerbaram-se até limites que raiaram a paranóia. A Argentina e o Brasil começaram a crescer de costas viradas, esvaziando a fronteira e orientando o desenvolvimento em direcção às suas regiões centrais e áreas metropolitanas (Escudé e Cisneros, 2000). Apenas em 1985, com o retorno dos regimes democráticos ao Cone Sul, foi possível ultrapassar a velha rivalidade e substituir o isolamento mútuo e voluntário pela cooperação regional. A aproximação entre os quatro estados platinos deu lugar, em 1991, à criação do Mercosul, o mais ambicioso projecto de integração até então concebido na América Latina. Entretanto, durante o século que antecedeu o Mercosul, a composição demográfica da região havia sofrido graduais modificações. À base histórica de ascendência espanhola (na Argentina e Uruguai) e portuguesa (no Brasil) foram-se somando camadas migratórias provenientes tanto

das velhas metrópoles como de lugares mais remotos. Assim, aos imigrantes ibéricos que continuavam a chegar vieram juntar-se milhares de italianos, alemães, polacos e nacionais de vários países da Europa Central. Na Argentina, o impacto das migrações foi enorme: segundo os correspondentes recenseamentos nacionais, a população duplicou entre 1869 e 1895, voltando a fazê-lo em 1914 e outra vez em 1947. Em 1960 o país contava com 20 milhões de pessoas: dez vezes mais que um século atrás. No Brasil e no Uruguai, o impacto migratório sobre a composição demográfica também foi muito forte, embora no caso brasileiro a enorme extensão territorial tenha resultado numa distribuição étnica menos homogênea (e com uma presença significativa de indivíduos de origem africana).

Esta avalanche migratória deu forma ao que se conhece como “sociedades aluvionais”, pois a forma como as diferentes vagas se vão acomodando sugere o efeito da sedimentação após inundações sucessivas (Romero, 1978). A gradual assimilação dos imigrantes foi moldando as sociedades uruguaia, argentino-pampeana e brasileira austral, que mantiveram, apesar de tudo, algumas características comuns das épocas em que a fronteira era móvel e as populações locais interagiam com maior fluidez. Entre esses aspectos culturais, decorrentes em parte de uma geografia plana, um clima temperado e enormes distâncias apenas transpostas por horas de cavalgada, destacam-se a tradição rural do gaúcho, a cerimónia do chá-mate, a gastronomia baseada em carne de vaca e uma relação familiar com a Europa, mais que com as culturas africana ou nativa.

De Portugal ao Rio da Prata: políticas e fluxos migratórios

As políticas de emigração portuguesas

Integrada na ampla onda emigratória da Europa oitocentista, a emigração portuguesa em direcção ao outro lado do Atlântico — fundamentalmente ao Brasil — insere-se no contexto de profundas transformações socioeconómicas em curso tanto nas sociedades de origem como nas de destino. Do lado americano, o desenvolvimento económico sustentado numa economia agro-exportadora, bem como o desaparecimento do tráfico negreiro entre 1850 e 1870 e a definitiva proibição da escravatura, colocaram os novos países perante a necessidade de substituição da mão-de-obra escrava. Do lado europeu, a desagregação das estruturas sociais do Antigo Regime e o desenvolvimento do capitalismo geraram uma enorme massa de camponeses não absorvidos pela industrialização e disponíveis para empreender o projecto emigratório. A partir da segunda metade do século XIX altera-se assim profundamente a natureza da emigração europeia para a América: se até às primeiras décadas desse século ela havia desempenhado a função de enquadramento administrativo e socioeconómico das sociedades coloniais, passa agora a funcionar como fonte de mão-de-obra assalariada em estados independentes.

É convicção de diversos autores que têm estudado a política portuguesa de emigração que a sua principal característica é a ambiguidade e carácter contraditório de

que aparentemente se vem revestindo desde a fase inicial da emigração moderna (meados do século XIX) até épocas recentes (Aguilar, 1970; Pereira, 2002; Rocha-Trindade, 2001). Na base desta análise, uma constatação: a da persistência de uma tradição legal e formal restritiva, acompanhada na prática por uma efectiva tolerância da qual a emigração clandestina constituíra o sintoma mais evidente (Pereira, 2002: 12).

A partir de meados do século XIX, e ao contrário do que sucedia noutros países europeus como a Grã-Bretanha e a Alemanha, onde o aumento das reservas de mão-de-obra resultantes da crescente industrialização e desagregação das estruturas agrárias do Antigo Regime suscitava uma atitude liberal face à emigração, em Portugal a tradição repressiva de contenção parece ter prevalecido até à década de 1870. Até esse momento, naquele que poderemos considerar um primeiro período da emigração moderna, diversos factores “revelam uma vontade de contenção da emigração dentro de níveis compatíveis com a estrutura social e financeira do país” (Pereira, 2002: 100): em primeiro lugar, a necessidade de obtenção de passaporte e o condicionamento da sua emissão à existência de contratos de trabalho ou ao pagamento da viagem; em segundo lugar, a obrigação de pagamento de fiança, se não cumpridas as obrigações militares, por parte dos homens entre os 14 e os 25 anos, faixa etária que concentrava a maioria dos candidatos a emigrar; finalmente, o facto de as mulheres casadas necessitarem da autorização dos maridos para emigrar. Esta orientação ficou a dever-se à prevalência dos interesses da burguesia agrária, inquieta com a diminuição das reservas de mão-de-obra que constituíam a base das migrações internas e da estabilidade dos salários, e a quem interessava dispor de vastas camadas de campesinato empobrecido convenientes para o tipo de exploração agrícola dominante.

Um segundo período coincide com o extraordinário aumento do fluxo emigratório a partir de 1870, em boa medida relacionado com o fim da Guerra do Paraguai e a proibição definitiva do tráfico negreiro. Em Portugal, o fenómeno suscitou enorme atenção, tendo motivado inúmeros debates e estudos, bem como a realização de um inquérito visando apurar as suas causas e amplitude. Contudo, nesta fase, o estado português não manifestava já inquietação, e se não se ousava empreender uma política de liberdade de emigração, afirmava-se uma relativa tolerância da emigração legal e clandestina. Em comparação com períodos anteriores e posteriores, a década de 1870, em particular, revelou tolerância (na realidade associada a alguma impotência) por parte do estado português relativamente à escalada da emigração com destino ao Brasil. Diversos factores justificavam esta nova atitude. Em primeiro lugar, as remessas dos emigrantes haviam adquirido uma importância fundamental na política económica e financeira portuguesa; em segundo lugar, a redução das reservas de mão-de-obra deixara de constituir um problema para a burguesia agrária, devido às transformações da agricultura a sul do Tejo; finalmente, a emigração permitia controlar o excesso demográfico que o lento desenvolvimento da indústria não absorvia, evitando por essa via os problemas sociais decorrentes do desemprego.³

3 É neste período que surge o projecto de orientar para África a emigração brasileira. A lei de 1887 visava estimular o retorno face ao anti-lusitanismo brasileiro e desviar para as colónias a corrente emigratória, mas tal projecto fracassou (Pereira, 2002).

Entre 1880 e 1930 verificou-se a grande vaga de emigração europeia. Em Portugal alterou-se qualitativamente a composição do fluxo migratório, verificando-se um aumento substancial da emigração familiar, ou seja de reunião familiar ou partida em família. O aumento do fluxo associado a esta nova característica tornou novamente a emigração motivo de preocupação para os dirigentes, e a vontade de contenção voltou a acentuar-se nos anos 1890, assumindo particularmente a forma de repressão da emigração clandestina e criação de polícia especial para esse efeito.

Um terceiro período pode identificar-se a partir de 1930, altura em que o fluxo emigratório afrouxou devido às restrições impostas pelo Brasil à saída de capitais no contexto da crise de 1929 e da emissão de legislação que limitava a entrada de emigrantes. Segundo Pereira, tratava-se do “fim de uma época durante a qual a política de emigração conseguira com habilidade conciliar a aparência de respeito pelo princípio constitucional de liberdade de emigrar com as necessidades financeiras do estado” (Pereira, 2002: 120).

No período do segundo pós-guerra, a política migratória do Estado Novo continuou a subordinar o direito individual à mobilidade aos interesses económicos e imperiais do governo. Deste modo, leis tendentes a monitorizar e regulamentar a exportação da mão-de-obra estavam orientadas por três objectivos fundamentais: “garantir as necessidades laborais do país, satisfazer os seus interesses na África e tirar proveito das remessas dos emigrantes” (Baganha, 2000: 189). Para tais efeitos é criada, em 1947, na dependência do Ministério do Interior, a Junta da Emigração, “à qual incumbe o conhecimento de todos os assuntos referentes à emigração portuguesa” (D-L 36.558, 28-10-1947). A centralização administrativa desenvolvida pela Junta assentava em duas medidas: por um lado, ficava proibida a intervenção de engajadores de emigrantes para a obtenção de documentos e passagens (D-L 36.558, art. 25^o); por outro lado, os pedidos de licença para emigrar deviam ser apresentados no concelho de naturalidade ou residência, encarregue de reencaminha-los à Junta da Emigração (D-L 36.558, art. 26^o) a qual passava a emitir o chamado “passaporte de emigrante”.

Mas a ambiguidade na posição e políticas do governo português face à emigração continua a ser um dos aspectos mais salientados relativamente a este período. Alguns autores sustentam mesmo que a imposição de medidas administrativas e controlo das condições de recrutamento oferecidas aos migrantes não parecer-se enquadrado numa estratégia definida ou política concreta, resultando sobretudo de um mero exercício de poder supostamente assente na defesa do bem-estar e interesses dos futuros emigrantes (Rocha-Trindade, 2001: 140). Relativamente à emigração para as Américas, o governo parecia assumir — nas palavras de Rocha-Trindade — uma postura de “neutralidade colaborante”, de harmonização de políticas com as autoridades dos países receptores, em que se procurava simultaneamente “aumentar ou pelo menos negociar a manutenção das quotas atribuídas a Portugal, invocando ainda em certos casos razões humanitárias para o seu alargamento excepcional” (Rocha-Trindade, 2001: 140).⁴

4 Isto aconteceu, por exemplo, em relação aos EUA aquando da erupção do vulcão dos Capelinhos, nos Açores (1957).

Finalmente, já na década de 1960, e em virtude do redireccionamento do principal fluxo migratório em direcção à Europa, alterou-se paulatinamente a política migratória do Estado Novo. Por um lado, estabeleceram-se acordos bilaterais com diferentes países (nomeadamente França e Alemanha) visando, entre outros objectivos, maximizar as remessas dos emigrantes (Baganha, 1994, 2000); por outro lado, o crescimento de um pólo industrial na área metropolitana de Lisboa passou a absorver grande parte dos trabalhadores qualificados. Portanto, enquanto o êxodo rural era orientado para a emigração e para as áreas metropolitanas das cidades, os trabalhadores qualificados optavam preferencialmente pelo trabalho nas indústrias recentemente criadas (Baganha, 2000: 189-190).

As políticas de imigração no Rio da Prata

Se as políticas portuguesas de emigração se caracterizaram por alguma inoperância, isso deveu-se à existência de políticas de imigração e condições económicas favoráveis nos países receptores (Pereira, 2002: 10). No caso da América Latina em geral, e dos países do cone sul em particular, vigorou uma política extremamente liberal até ao final do século XIX, altura em que a abundância de mão-de-obra, o abrandamento no crescimento dos salários reais, o alargamento da distribuição dos rendimentos, e ainda factores políticos internos vieram proporcionar a criação de algumas barreiras à entrada de trabalhadores estrangeiros. No entanto, tal como salienta Sánchez-Alonso (2005), enquanto os EUA aumentaram as restrições à imigração já na última década do século XIX, vindo a fechar completamente as portas à imigração em massa após a Primeira Guerra Mundial, os países da América Latina prosseguiram uma política liberal até à década de 1930.

Quando, a partir de 1880, a Argentina, Brasil e Uruguai começaram a ter um influxo maciço de emigrantes, adoptaram políticas de aceitação da imigração em massa baseadas em dois instrumentos: um negativo, a ausência de restrições legais à entrada de estrangeiros, e um positivo, os subsídios pagos aos trabalhadores estrangeiros.

O caso da Argentina tem sido apresentado como um caso exemplar de uma política de imigração liberal. Durante a década de 1920 (aquela em que se verificou o maior afluxo de imigrantes de Portugal), o estado argentino deu continuidade às políticas pró-migratórias baseadas na Constituição de 1853 e concedeu aos estrangeiros direitos civis fundamentais como a liberdade de profissão, associação, religião e movimento, consagradas na lei de migrações de 1876. Apenas dois critérios de exclusão eram previstos nessa lei: a saúde e a idade. Esta política imigratória tinha como objectivo o povoamento da pampa e o correlativo aumento da capacidade de utilização e valorização dos abundantes recursos naturais, mas também o de “trazer imigrantes culturalmente “superiores” do Norte da Europa para eliminar a mentalidade colonial hostil ao desenvolvimento e “civilizar” o país” (Sánchez-Alonso, 2005: 104). Embora o objectivo inicial fosse o de atrair imigrantes dos países do Norte, especialmente alemães, e se verificasse uma particular hostilidade aos espanhóis, a chegada de cada vez maior número de imigrantes da Europa do Sul (especialmente espanhóis e italianos) fez com que os argentinos “transformassem a necessidade em virtude, inventando o conceito

de 'latinidade' e interpretando o resultado como um feito digno de nota do ponto de vista cultural" (Sánchez-Alonso, 2005: 104).

À excepção de um decreto de Dezembro de 1923, que clarificou e ampliou algumas condicionantes já existentes na lei de 1876 (aumentando os requisitos burocráticos para controle dos imigrantes considerados indesejáveis), nenhuma restrição importante foi estabelecida. Embora já desde o início do século vigorassem disposições relacionadas com deportação aplicáveis a anarquistas e socialistas, e à semelhança de quase todos os outros países de imigração fossem aqui aplicadas restrições de classe (impedindo a entrada de pobres, pessoas que pudessem ficar sob a tutela do estado e criminosos), a imposição de restrições sérias apenas veio a acontecer na década de 1930, no contexto da crise internacional e de crescentes sentimentos nacionalistas. Estas novas medidas consistiram na exigência de contrato de trabalho antes da chegada ou prova de existência de meios financeiros. Passava assim a exigir-se uma "carta de chamada" para os novos imigrantes por parte de familiares ou conterrâneos capazes de garantir-lhes emprego e apoio. Da mesma forma, encontravam-se previstas medidas para a reunificação familiar. Os parentes próximos dos imigrantes residentes eram admitidos livremente, o que fez com que, no seu conjunto, estas medidas viessem reforçar a dinâmica das redes de contactos e assistência entre imigrantes.

No Uruguai, país cuja relativa marginalidade fez com que durante todo o século XX se constituísse mais como destino transitório que como destino final para muitos imigrantes, a atitude do governo perante a imigração caracterizou-se pela mesma abertura, mas também por uma declarada passividade, limitando-se a sua acção a pouco mais que a concessão de alojamento temporário aos imigrantes (Finch, 1995: 205-206). A partir de 1930 verificou-se uma diminuição dos fluxos migratórios e em 1936 a tradicional política de porta aberta foi abandonada. No final dos anos 1950 o Uruguai havia entrado num período de estagnação económica e crescente instabilidade social e política, assistindo-se a um crescimento da emigração (tendo a Argentina como destino preferencial) no final dos anos 1960.

Por sua vez, o Brasil desenvolveu a política de imigração orientada para o preenchimento de espaços vazios, o crescimento demográfico e o desenvolvimento agrário (Westphalen e Balhana, 1993). Como vimos, o *boom* imigratório verificou-se logo após a abolição da escravatura (1888) quando, com a crescente necessidade de mão-de-obra livre e barata, começaram a chegar europeus com expectativas de prosperidade e abundância mas, sobretudo, atraídos por um programa meticuloso de subsídios. "O objectivo explícito da política de imigração brasileira era a manutenção de uma oferta constante de mão-de-obra para manter os salários baixos" (Sánchez-Alonso, 2005: 109). O apoio aos imigrantes incluía medidas como subsídio de transporte, contratos de trabalho e habitação gratuita.

Inicialmente aberta e sedutora,⁵ a política brasileira de imigração foi-se tornando progressivamente restritiva ao longo do século XX. De tal forma que alguns

5 Mencione-se, a título de exemplo, que no dia 15 de Novembro de 1889, quando proclamada a República, todos os estrangeiros residentes no Brasil foram naturalizados brasileiros.

autores consideraram mesmo que “nenhum outro país na época das migrações em massa e durante um período tão longo teve uma política de imigração tão detalhada e selectiva como o Brasil” (Sánchez-Alonso, 2005: 106).

As primeiras restrições, de carácter racial, surgiram logo em 1890, impregnadas pela ideologia do branqueamento prevalecente entre as elites que acreditavam na superioridade branca e no valor da raça ariana: fomentava-se a imigração europeia e proibia-se a entrada de “indígenas da Ásia ou África”. Os “não brancos” não eram bem-vindos, ao contrário dos brancos que, por via da miscigenação, representavam a oportunidade de embranquecer uma população maioritariamente negra e mestiça (Fiori, 2006).

No princípio do século XX surgiram novas restrições, de carácter social e sanitário: estavam impedidos de entrar maiores de 60 anos, possíveis portadores de doenças contagiosas e inválidos (1907). Após a primeira guerra e igualmente após a revolução de 1930, num contexto de crise económica, as restrições surgiram para conter o desemprego: as empresas eram obrigadas a ter pelo menos 2/3 de brasileiros natos (Westphalen e Balhana, 1993).

Em 1934, por reacção ao “perigo amarelo”⁶ por parte da bancada anti-japonesa, foi instituído o regime de quotas,⁷ segundo o qual a entrada anual de imigrantes de um determinado grupo não poderia ultrapassar 2% do total de imigrantes que tivessem entrado no Brasil no decorrer dos últimos cinquenta anos. As quotas afectaram todos os grupos imigrantes, incluindo os portugueses.

Durante o Estado Novo (1937-1944), Getúlio Vargas acrescentou ao regime de quotas uma outra restrição, de carácter profissional: eram preferidos agricultores ou técnicos de indústrias rurais (80% da quota obrigatória). Mas o que caracterizou de forma mais marcante a política de Vargas foi a “assimilação forçada” — assim a chamavam as próprias autoridades: um conjunto de medidas que, integradas numa política de nacionalização do ensino e de valorização da língua portuguesa, proibia os imigrantes de falar as suas línguas natais, inclusivamente no espaço doméstico (Fiori, 2006). Foi no contexto de tensão cultural (que incluiu vagas de nacionalismo anti-lusitano) decorrente desta política, que Gilberto Freyre partiu em defesa da cultura luso-brasileira e da figura caluniada do colonizador português, elogiando a capacidade portuguesa de convívio com a diversidade, fundamental à unidade de um país continental, e os valores tradicionais portugueses como o necessário lastro comum. A perspectiva luso-brasileira de Freyre tornar-se-ia matriz no governo Vargas e em 1939 os portugueses foram excluídos do regime de quotas pelo Conselho de Imigração e Colonização (Fiori, 2006).

A esta medida seguiram-se outras que sustentariam a teoria de um modelo de nação de raiz lusitana (Fiori, 2006) ou de uma “brasilidade concebida no sentido lusitano” (Schwartzman, Bomeny e Costa, 1984). Os portugueses, ao abrigo da política e legislação imigratórias, foram praticamente tornados cidadãos nacionais sem precisarem de abdicar da sua nacionalidade de origem (Westphalen e Balhana,

6 Segundo Fiori (2006), no ano de 1934 eram cerca de 175.000 os japoneses e seus descendentes a viver no Brasil.

7 Artigo 121.º da Constituição brasileira de 1934.

1993). De entre as várias medidas desde então implementadas poderão destacar-se as seguintes: em 1949 foi exigido apenas um ano de residência aos portugueses que quisessem naturalizar-se brasileiros; em 1950 foram-lhes concedidos vistos sem quaisquer restrições; em 1970 foi celebrado o Acordo de Previdência Social/Segurança Social com Portugal; em 1972 assinou-se a Convenção de Igualdade de Direitos e Deveres entre brasileiros e portugueses e em 1988 foi permitido a todos os originários de países de língua portuguesa residir apenas um ano para se tornarem cidadãos brasileiros (Westphalen e Balhana, 1993).

A Argentina, em contraste com o Brasil, desenvolveu uma política não discriminatória (embora formalmente selectiva), atraindo imigrantes dos mercados de trabalho mal pagos do Sul da Europa. Foi apenas na altura em que o Brasil iniciou a atribuição de subsídios (1888) e perante o receio de não poder competir com o seu vizinho, que a Argentina começou também a pagar as viagens da Europa. Contudo, durante todo o período de imigração maciça para a Argentina (1880 a 1930) o governo pagou as despesas de deslocação dos imigrantes apenas em três anos (1887 a 1889). Isto significou que menos de 2% dos 6, 5 milhões de imigrantes que chegaram à Argentina entre 1840 e 1930 tiveram viagens pagas pelo governo. Diversos autores sugerem que a Argentina poderá ter aproveitado o programa da imigração subsidiada para o Brasil, já que durante as primeiras décadas do século XX a reemigração do Brasil para a Argentina foi prática habitual. Klein indica que 47% dos espanhóis que deixaram o Brasil nessas primeiras décadas se dirigiu ao Rio da Prata (Klein, 1996).

Em todo o caso, a força que realmente atraía imigrantes para a Argentina eram os elevados salários reais e não os subsídios. Com efeito, a Argentina, tal como o Uruguai, tiveram os mais elevados níveis salariais durante o período das migrações em massa: “Os salários na Argentina e Uruguai foram sistematicamente mais de 200% superiores relativamente a uma média ponderada de Itália, Portugal e Espanha” (Williamson, 1999, citado por Sánchez Alonso, 2005: 112). No Brasil, pelo contrário, a política de incentivo ao aumento populacional a par da manutenção de baixos salários teve o mais vivo apoio dos agricultores, que reagiram negativamente à viragem desta política no final da década de 1920: “As primeiras inflexões de retracção do financiamento estatal à imigração desencadeiam em 1927 a oposição da Liga Agrícola, que critica a suspensão dos créditos governamentais para apoio às empresas de recrutamento” (Pereira, 2002: 22). Aqui, a partir do final da década de 1920 verifica-se a suspensão dos subsídios e, tal como em toda a região, a instauração de uma política restritiva.

As dificuldades sentidas pelos governos na orientação dos fluxos migratórios variaram de país para país, tornando-se mais evidentes no caso argentino. Embora o segundo pós-guerra tenha gerado uma breve e intensa onda migratória, a distância entre normas e prática fez com que durante o governo peronista (1946-1955) as políticas implementadas tenham tido pouca influência. O plano do peronismo era abrir as portas à imigração e seleccioná-la. Os esforços regulatórios encontravam-se plasmados no Primeiro Plano Quinquenal — que pretendia incorporar quatro milhões de imigrantes —, na criação da Delegação Argentina de Imigração na Europa e nos acordos bilaterais com Itália e Espanha. Contudo,

segundo Devoto, a ineficiência da maquinaria administrativa — que se viu ultrapassada pelo “aluvião” do pós-guerra — e os altos níveis de corrupção fizeram com que as normas selectivas se tornassem permeáveis e, nessa medida, “a inobservância das disposições migratórias generalizou-se” (Devoto, 2003: 405).

Os fluxos migratórios

Argentina, Brasil e Uruguai foram os países latino-americanos que conseguiram atrair a maior quantidade de imigrantes europeus (Baily e Míguez, 2003; Kritz e Gurak, 1979). Os novos povoadores provinham principalmente de três países: as antigas metrópoles (Espanha e Portugal) e Itália. Os italianos distribuíram-se com certa proporcionalidade entre os três países platinos; espanhóis e portugueses, em contraste, privilegiaram os destinos em que se falava a sua língua materna. Assim, o fluxo de portugueses em direcção ao Brasil foi, para além de contínuo, muito maior numérica e proporcionalmente que em direcção à Argentina e Uruguai.

Os dados estatísticos disponíveis (recenseamentos da população da Argentina, Brasil e Uruguai; boletins da Junta Nacional de Emigração; Borges, 1997) permitem identificar três grandes períodos migratórios dos portugueses para a região ao longo do século XX. O primeiro continua a tendência do século anterior e termina por altura da crise de 1930; o segundo inicia-se após a Segunda Guerra Mundial e dura até meados da década de 1960; o terceiro revela-se na sequência da revolução de Abril de 1974 em Portugal. Enquanto os fluxos registados no primeiro período são parte da chamada imigração de massas, o pico de 1950 corresponde já a uma outra etapa. Por seu turno, o terceiro período, relativo à segunda metade dos anos 70, refere-se a um aumento ligeiro e episódico da emigração portuguesa, sobretudo em relação ao Brasil, e reflecte a conjugação de dois fenómenos: a busca de asilo político por parte de exilados do anterior regime e a procura de novos horizontes por parte dos que deixavam a África após a descolonização.

A maioria dos estudos sobre migrações portuguesas analisa os fluxos até 1950 ou a partir de 1950. Esta temporalidade encontra-se associada à criação, nessa altura, da Junta Nacional de Emigração, que centralizou a informação estatística. No total, entre 1950 e 1969 emigraram 989.558 portugueses (BJNE). A maioria fê-lo em direcção a França (34,7%) e Brasil (31,4%), enquanto outros se dirigiram aos Estados Unidos (8,4%), Venezuela (7,4%), Canadá (6,2%), Alemanha (4,6%), África do Sul (2,2%) e Argentina (1,3%). Antunes (1970) identifica dois períodos nestas duas décadas: o período “brasileiro” até 1958 e o “francês” a partir de 1963. Baganha (2000) realiza uma classificação semelhante, denominando o primeiro ciclo migratório transatlântico, com preponderância do Brasil até 1950, e ao segundo intra-europeu, em que a França se destaca como destino predominante.

No Rio da Prata, 1952 foi o ano de maior emigração portuguesa da segunda metade do século. Contudo, a origem geográfica dos emigrantes para a Argentina e Brasil diferia significativamente. Enquanto a maioria dos portugueses que se dirigiam ao Brasil eram originários de Viseu, Porto, Aveiro, Funchal e Bragança (BJNE), a maioria dos que emigraram para a Argentina provinha dos distritos de Faro e Guarda (Borges, 1997) e, a partir de meados de 1950, também de Viana do Castelo e Braga (BJNE).

Quadro 1 Entrada de imigrantes no Brasil, 1884-1984

Anos	Total Imigrantes	Imigrantes portugueses	
		N	%
1884-1890	449.934	91.489	20,3
1891-1900	1.129.315	202.429	17,9
1901-1910	671.351	218.193	32,5
1911-1920	797.744	321.507	40,3
1921-1930	840.215	286.772	34,1
1931-1940	288.607	95.740	33,2
1941-1950	131.128	48.606	37,1
1951-1960	588.043	239.945	40,8
1961-1970	163.967	62.737	38,3
1971-1980	78.091	26.915	34,5
1971-1975	39.408	3.869	9,8
1976-1980	38.683	23.046	59,6
1981-1984	11.976	3.438	28,7
Total	5.150.371	1.597.771	31,0

Fonte: AIBGE.

A emigração portuguesa para o Brasil reveste-se de duas características singulares relativamente aos outros grupos de imigrantes nesse país: a regularidade dos fluxos ao longo do tempo e a forte presença numérica. Os portugueses, primeiro como colonos sob o império, depois como imigrantes, sempre estiveram presentes na população do território. Assim, em cada década do século XX e até 1980, representaram pelo menos 30% da entrada de imigrantes (quadro 1 e figura 2). Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística indicam que apenas os italianos superaram em número os portugueses durante breves períodos, em particular durante as últimas décadas do século XIX (quando foram recrutados para substituir a mão-de-obra escrava, especialmente nas roças de café). Os portugueses constituíram, pois, o grupo imigrante mais significativo no Brasil ao longo do século XX.

No Sul do Brasil, a imigração portuguesa teve outras particularidades. Por um lado, os fluxos migratórios foram sempre reduzidos — claramente em termos absolutos, mas também em relação aos dirigidos ao Rio de Janeiro, São Paulo e às cidades do Nordeste. Por outro lado, embora a ocupação e povoamento do Sul do Brasil na época colonial tenham estado associados à acção de açorianos, a partir da independência a situação alterou-se. Outras comunidades de imigrantes aí se estabeleceram, designadamente alemães, italianos, polacos e espanhóis, pelo que os portugueses se transformaram numa comunidade mais reduzida e, portanto, menos visível. Dados do recenseamento da população do AIBGE (2000) ilustram a concentração de portugueses em certos estados e a sua escassa presença noutros: dos 213.000 residentes no Brasil nascidos em Portugal, apenas 9.000 (4%) habitavam nos estados de Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, enquanto 89% se concentravam nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro.

Curiosamente, também na Argentina a história da imigração é habitualmente analisada em três etapas (Devoto, 2003): a precoce, a de massas e a contemporânea. Os portugueses, em proporção variável, participaram nas três. Como atrás se

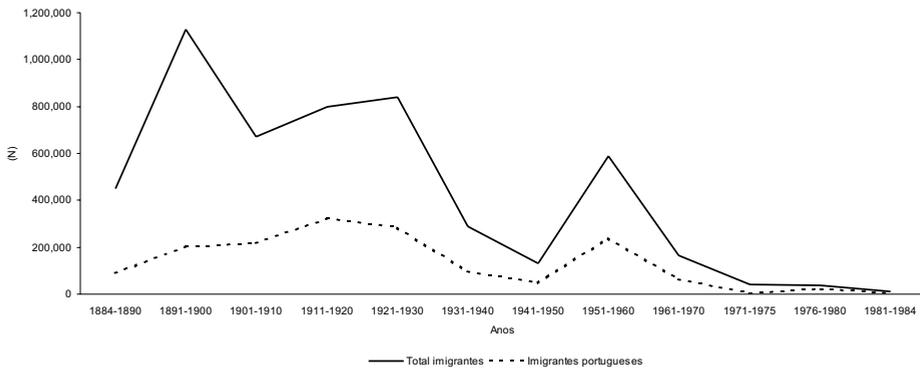


Figura 2 Emigração portuguesa para o Brasil, 1884-1984

Fonte: AIBGE.

referiu, desde a época colonial existiram portugueses na região, muitos deles ligados à navegação ou ao comércio. Mais tarde, na época da imigração de massas, os portugueses chegaram no final da etapa. Na época contemporânea, pelo contrário, a imigração portuguesa chegou cedo em comparação com os fluxos posteriores provenientes de países vizinhos.

Desde o início do século XX e até 1930, a imigração portuguesa cresceu de forma sustentada. Durante esse período, os imigrantes provenientes dos distritos de Faro e Guarda representavam cerca de 60% das chegadas, enquanto os distritos de Castelo Branco, Viseu, Braga e Leiria contribuíam com cerca de 5% cada. A década de 1920 constituiu a época de ouro da imigração portuguesa para a Argentina, a qual apenas voltou a florescer, embora em proporções menores, nos primeiros anos da década de 1950 e entre 1958 e 1962 (quadro 2 e figura 3). Os portugueses instalaram-se sobretudo na província de Buenos Aires, embora uma importante comunidade portuguesa tenha vindo a fixar-se na região patagônica de Comodoro Rivadavia quando teve início a exploração massiva de jazidas de petróleo, aí convivendo com outras comunidades imigrantes da Europa e Chile (Torres, 1995).

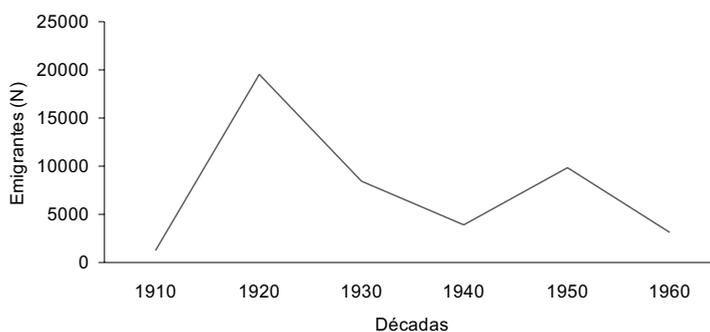
A onda migratória da Europa em direcção à Argentina no segundo pós-guerra reduziu-se, segundo Devoto, “a um episódio intenso mas breve entre 1947 e 1951” (2003: 408). No caso dos portugueses, contudo, essa onda estendeu-se um pouco mais, já que a década de 1950 e os dois anos seguintes testemunharam um movimento significativo de imigrantes (Bussola, 2005). O trabalho de campo realizado no âmbito deste projecto confirma a hipótese de Borges (1997) no sentido em que o prolongamento desta onda se deveu, principalmente, à dinâmica das redes de imigrantes chegados em períodos anteriores e que se mantiveram em contacto com as comunidades de origem.

No Uruguai, a presença portuguesa também data do período colonial. Embora neste caso os dados sejam mais imprecisos, também neste país se manifestaram as migrações em massa entre finais do século XIX e início do século XX. Contudo, a

Quadro 2 Emigração portuguesa para a Argentina, 1910-1950

Décadas	Total (N)	Faro (%)	Guarda (%)
1910	1.175	44,8	33,3
1920	19.536	31,1	26,7
1930	8.374	24,9	24,4
1940	3.911	40,6	20,8
1950	7.521	34,2	22,5
Total	40.517	33,0	25,0

Fonte: Borges (1997).

**Figura 3** Emigração portuguesa para a Argentina, 1910-1960

Fonte: décadas de 1910 a 1940: estimativas com base em dados das publicações Movimento da População (1914-21) e Anuário Estatístico (1921, 1923-1924, 1926-1955) apresentados em Borges, 1997; décadas de 1950 e 1960: boletins da Junta Nacional de Emigração.

intenção de povoar o interior com imigrantes europeus fracassou, segundo Finch (1995), por vários motivos, entre eles o predomínio do latifúndio e as características dos solos.

Os portugueses que aqui chegaram no século XX instalaram-se sobretudo em duas regiões: nos arredores da cidade de Montevidéu, sobre o Rio da Prata, e na cidade de Salto, na costa do Rio Uruguai, tendo-se dedicado sobretudo à agricultura. Enquanto os portugueses residentes em Montevidéu chegaram maioritariamente das regiões do Norte (Minho e Trás-os-Montes), os de Salto eram provenientes sobretudo do distrito do Porto.

Os imigrantes no presente: características socioeconómicas e associativismo

No que ao presente diz respeito, informação recolhida nos consulados de Portugal permitiu contabilizar, em 2005, cerca de 12.000 portugueses residentes na Argentina, 210.000 no Brasil⁸ e 1.100 no Uruguai. Com excepção da referida comunidade de Comodoro Rivadavia, a maioria dos portugueses na Argentina residia nos arredores da cidade de Buenos Aires ou na extensa planície pampeana que a circunda. No Brasil, em contraste, os portugueses residentes nos estados do Sul constituíam uma minoria, sendo que apenas 800 se encontravam registados no estado de Santa Catarina, 2.500 no Rio Grande do Sul e 6.000 no Paraná.

Nos três países analisados, os portugueses e os seus descendentes encontram-se bem integrados nas respectivas sociedades, tendo mantido vivos os referenciais identitários da origem através de uma significativa rede associativa — bastante mais activa na Argentina ou mesmo Uruguai que no Sul do Brasil — e patente na criação de meia centena de centros culturais e associativos. Em 2005, a Direcção-Geral dos Assuntos Consulares e Comunidades Portuguesas tinha registados nesta região 54 centros/associações de portugueses e luso-descendentes: 16 na cidade de Buenos Aires e província de Buenos Aires, 2 no Uruguai e 36 nos três estados do Sul do Brasil.⁹ Desde 1988, sob a iniciativa conjunta das comunidades da Argentina, Uruguai e o estado do Rio Grande do Sul, realizam-se anualmente os *Encontros das Comunidades Portuguesas e Luso-Descendentes do Cone-Sul*, que visam “debater problemas comuns, o fortalecimento de relações e a dinamização do intercâmbio desenvolvido entre os movimentos associativos dos três países” (DGACCP, 2005).

Como já se viu, na Argentina a grande maioria dos portugueses estabeleceu-se na cidade de Buenos Aires e nos seus arredores. Segundo a DGACCP (2005), a comunidade portuguesa originária residia na cidade de Buenos Aires (47%), e perto de $\frac{3}{4}$ do total de portugueses e luso-descendentes (72%) concentrava-se em toda a área metropolitana (para além da cidade de Buenos Aires, sobretudo nas localidades de Monte Grande, Villa Elisa, Escobar, General C. Paz, Isidro Casanova e González Catán). Assim o testemunham as redes associativas: cerca de metade dos centros portugueses estão situados na capital federal ou num raio de 100 quilómetros. As características das associações variaram com o tempo. Podemos, em traços largos, classificar quatro grupos, mencionados a seguir em ordem crescente de distância desde Buenos Aires. Um primeiro grupo agrega as associações que permanecem na capital, o *Centro Patria Portuguesa* e o *Club Portugués*, que reúnem principalmente os portugueses chegados entre as duas guerras mundiais e os seus descendentes. Os seus membros têm uma média de idades relativamente elevada e, embora abram as suas instalações à comunidade, as actividades recreativas regulares estão

8 Segundo dados do último censo brasileiro, vivem no Brasil cerca de 700.000 portugueses, dos quais apenas 210.000 nasceram em Portugal.

9 Durante o trabalho de campo realizado no âmbito do projecto, esta informação veio a revelar-se pouco fidedigna, devendo registar-se cerca de $\frac{1}{3}$ na Argentina e Brasil para se obter a cifra real.

habitualmente limitadas aos membros. Um segundo grupo refere-se aos clubes do “Gran Buenos Aires” (clubes portugueses de Isidro Casanova, González Catán e Esteban Echeverría), localizados nos populosos municípios contíguos à capital e caracterizados por uma grande abertura das suas instalações, principalmente piscinas e áreas de pic-nic, à comunidade. Estas associações datam de finais da década de 1970, altura em que a valorização cambial favoreceu novos empreendimentos. Os fundadores destes clubes chegaram sobretudo após a Segunda Guerra Mundial e as suas principais actividades laborais consistiam na produção de tijolo e materiais de construção, bem como a horticultura (Svetlitzka 2002; Svetlitzka e González, 2005). Um terceiro grupo abarca os centros radicados nos limites do “Gran Buenos Aires” como o *Centro Recreativo Lusitano* de Escobar e a *Casa de Portugal* de Villa Elisa. Na sua maioria, reúnem pessoas chegadas após a Segunda Guerra Mundial mas que, ao contrário do grupo anterior, privilegiaram a instalação de viveiros ou se tornaram floricultores. Finalmente, no interior da província de Buenos Aires e nas províncias limítrofes o perfil das comunidades variou de município para município.¹⁰

Por seu turno, os portugueses que chegaram inicialmente ao Sul do Brasil não foram representativos da imigração portuguesa tradicional nesse país. Uma componente central da população originária foi constituída pelos colonos açorianos que chegaram no século XVIII e se instalaram na zona que é hoje Porto Alegre. A imigração proveniente dos Açores declinaria posteriormente até se tornar muito pouco significativa. No segundo pós-guerra chegaram novos contingentes provenientes do Centro e Norte do país, que começaram a trabalhar na área dos serviços. Muitos instalaram negócios relacionados com a alimentação, em especial relacionados com a produção e distribuição de pão. Outros dedicaram-se à agricultura e à pequena produção hortícola.

Após a revolução de 1974 produziu-se, como vimos, um novo aumento das chegadas, embora muitíssimo menor e com características diferentes do ponto de vista da caracterização socioprofissional dos imigrantes, integrando pessoas com profissões científicas, técnicas, liberais e artísticas; alguns destes emigrantes regressariam depois a Portugal.

Caracterizadas por actividades de teor sobretudo recreativo, as associações portuguesas do Sul do Brasil parecem ter perdido terreno face às de outros grupos imigrantes, sobretudo italianos e alemães. Embora a maioria das associações organize um jantar anual e celebre as festividades portuguesas, muitas das tradições têm vindo a perder-se (DGACCP, 2005), os seus membros encontram-se envelhecidos e a captação de jovens é marginal.

No Rio Grande do Sul não existe, entre os gaúchos, identificação com o português, mas com o açoriano. Se, por um lado, a história confirma a presença açoriana, desde a fundação da capital por casais açorianos a uma série de hábitos, costumes e até linguagem difundidos pelo estado do Rio Grande do Sul, por

10 Em Olavarría, por exemplo, local das principais cimenteiras argentinas, a actividade principal dos portugueses relacionou-se historicamente com as fábricas de cimento, incluindo trabalho nos fornos ou prestação de serviços a quem aí trabalhava.

outro lado verifica-se uma dedicação recente à causa açoriana com vários protagonismos: investigadores nas universidades, secretarias de cultura estaduais e municipais, associações culturais e, à distância mas com um papel muito activo, o governo dos Açores, cuja política cultural destina todos os anos recursos para a promoção da presença açoriana no imaginário gaúcho (e catarinense). Tais recursos são alvo de disputa entre duas associações: o *Instituto Cultural Português* e a *Casa dos Açores* do Rio Grande do Sul, ambos com um papel relevante na construção desta identidade. Para além destas associações de cariz cultural, existe em Porto Alegre a *Casa de Portugal*, com uma sede na cidade e outra no campo, destacando-se por uma matriz mais recreativa e preocupada, por esta via, em atrair jovens e novos sócios.

Mais a sul, nas cidades de Pelotas, Rio Grande e Ijuí, existem outras associações activas, em particular o *Clube 1.º de Dezembro* de Pelotas e o *Centro Cultural* de Ijuí, associação dinâmica e promotora da cultura portuguesa. É aqui detectável um sentimento de “abandono” por parte do governo português, contrastado com o governo dos Açores e os governos dos outros grupos de imigrantes no estado.¹¹

Em Santa Catarina, à semelhança do Rio Grande do Sul mas ainda com maior intensidade, observa-se a reconstrução de uma identidade açoriana. A *Casa dos Açores* (de cunho também comercial), o *Núcleo de Estudos Açorianos* da Universidade Federal de Santa Catarina, a *Fundação Franklin Cascaes* e o troféu *Manezinho da Ilha* são expressões da valorização do elemento açoriano. Destaca-se aqui também o papel activo do governo dos Açores na reconstrução desta identidade. A rivalidade do catarinense em relação ao gaúcho manifesta-se até nesta disputa pela *açorianidade*. A única associação portuguesa em Florianópolis é a *Associação Luso-Brasileira*, criada em 2000 com fins recreativos e sociais, e que tenta reunir a comunidade portuguesa em jantares recreativos.

No Uruguai, os portugueses encontram-se concentrados sobretudo na capital, Montevideo, e regiões limítrofes, embora exista um outro grupo importante na cidade de Salto a 600 quilómetros a norte, mais antigo e integrado maioritariamente por pessoas que já não podem reclamar a nacionalidade. Enquanto em Montevideo se podem encontrar muitos portugueses chegados já após a Segunda Guerra Mundial, no final da década de 1940 e primeiros anos da década de 1950, em Salto a esmagadora maioria dos que reclamam para si a herança da identidade lusitana são filhos ou netos de portugueses, descendentes de emigrantes que chegaram nas primeiras décadas do século XX, ou mesmo antes.

Deixando de lado a onda migratória mais antiga — que incluiu portugueses de origem açoriana chegados ao Uruguai através do Brasil no final do século XIX —, trata-se de uma emigração inicialmente masculina — mulheres e filhos, quando existiam, vinham algum tempo depois — de agricultores pobres oriundos do Norte de Portugal (sobretudo das regiões do Minho, Douro Litoral e Trás-os-Montes mas também, em menor proporção, do Centro e Sul do país). Apesar de alguns

11 Nas palavras do presidente da *Casa de Portugal*, entrevistado no âmbito deste projecto: “há um total descaso do governo português em relação aos portugueses de Rio Grande do Sul”.

casos pontuais de empresários bem sucedidos, a comunidade de Montevidéu é composta sobretudo por pequenos e médios produtores agrícolas que possuem propriedades nos arredores da capital e se dedicam ao abastecimento dos mercados da zona. Existem também algumas bem sucedidas pequenas e médias empresas industriais.

Em Montevidéu, as práticas associativas são sólidas e antigas e sobressai a *Casa de Portugal*, constituída em 1983 como resultado da fusão da *Sociedade de Beneficência União Portuguesa* (fundada em 1912 com objectivos de assistência médica) e o *Centro Social Português* (estabelecido em 1954). Trata-se de uma instituição social, recreativa e cultural, formada essencialmente por emigrantes portugueses e seus descendentes, mas também inclui pessoas de outras origens. Entre as múltiplas actividades que desenvolve, salienta-se a comemoração das datas cívicas do Uruguai (25 de Agosto) e de Portugal (25 de Abril; 10 de Junho; 5 de Outubro), a organização de encontros de convívio, palestras e conferências. Além disso, mantém em actividade permanente um conjunto de danças regionais, o Rancho Folclórico e cursos de português.

Em Salto, a *Casa de Portugal* foi fundada em 1882 com o nome de Sociedade de Beneficência Portuguesa. Inicialmente tinha como objectivo a solidariedade social (assistência médica e serviço fúnebre). Segundo testemunhos recolhidos, a partir de 1956 “entrou numa prolongada sonolência”. Nos últimos anos, com impulso e apoio por parte da *Casa de Portugal* de Montevidéu e o papel activo de alguns dirigentes associativos, reconstituiu-se um grupo com vista a promover a reunião dos portugueses e luso-descendentes através da realização de actividades recreativas e culturais. Trata-se de um grupo de cerca de 250 pessoas, na sua maioria com idade superior a 60 anos, que se reúne informalmente na ausência de sede. Na sua maioria são agricultores da periferia da cidade, dedicados à horto-fruticultura. Um dos eixos em torno dos quais se estrutura a associação tem a ver com a construção e conservação do mausoléu português no cemitério local, o qual constitui motivo de orgulho colectivo e funciona como incentivo para o envolvimento na associação.

Conclusão

A presença de imigrantes portugueses na região do Rio da Prata no início do século XXI reflecte as características dos processos sócio-históricos que moldaram os fluxos migratórios de Portugal para os países da região, bem como dos processos de integração destes imigrantes nas sociedades de destino. Neste artigo procurámos, sobretudo, descrever as características fundamentais da primeira destas dimensões, ou seja, do enquadramento sócio-histórico e institucional em que se configuraram os processos migratórios em causa.

Sob um pano de fundo de aspectos comuns, emergem diferenças importantes na dimensão, organização e ritmos dos fluxos, no condicionamento e efeito das políticas migratórias ou ainda nas características demográficas e socioeconómicas dos emigrantes e seus descendentes que se instalaram na bacia do Rio da Prata.

Se é certo que a intensificação da emigração para esta zona aconteceu nas primeiras décadas do século XX, coincidindo com transformações importantes nas estruturas sociais de origem e destino, viu-se também que o fluxo para o Brasil foi bastante mais precoce, constante e incomparavelmente mais significativo em termos da sua dimensão que o que se registou para a Argentina, sendo o caso do Uruguai quase residual numa comparação de magnitude. Contudo, os estados do Sul do Brasil de que aqui nos ocupamos receberam uma percentagem muito reduzida dos imigrantes portugueses, os quais se concentraram sobretudo em São Paulo e Rio de Janeiro. Por outro lado, do ponto de vista das suas origens geográficas em Portugal, constatou-se como as situações são também diferentes: se no caso da emigração para a Argentina os distritos de Faro e Guarda contribuíram com cerca de 60% em média do total de emigrantes da primeira metade do século XX, os que se dirigiram ao Brasil eram oriundos de vários distritos do Norte de Portugal, sobretudo de Viseu, Porto, Aveiro e Bragança e ainda do Funchal. Mas, uma vez mais, a situação no Sul do Brasil adquire peculiaridade, pois embora não disponhamos de dados discriminados relativos a esta variável, são as origens açorianas dos primeiros colonos o factor dinamizador (ainda que fruto de um accionamento simbólico posterior) da presença portuguesa na zona.

Um dos elementos que condicionou o desenvolvimento destes fluxos foi a natureza das políticas migratórias adoptadas em ambos os lados do Atlântico. Em Portugal é possível identificar como característica fundamental do posicionamento do estado face à emigração uma atitude legalmente restritiva mas em tensão (e articulação) permanente com uma efectiva tolerância na prática, o que favoreceu a continuidade dos fluxos em direcção a estes países até meados do século XX. Continuidade e relevância que, no que às políticas estatais diz respeito, ficaram provavelmente mais a dever-se ao incentivo oferecido pelas políticas imigratórias vigentes no Brasil, Argentina e Uruguai, as quais foram, pelo menos até à década de 1930, marcadamente permissivas e liberais, ou até mesmo de cariz assistencialista, como aconteceu no Brasil. O papel das políticas deve naturalmente ser observado em articulação com os factores de atracção-repulsão actuates no plano socioeconómico. Se no caso brasileiro o programa de imigração subsidiada e a valorização de um modelo de nação de raiz lusitana (Fiori, 2006) explicam, em boa parte, o aumento da corrente migratória, no caso da Argentina este ficou a dever-se mais aos elevados salários (e posteriormente às redes de contactos) que às políticas desenvolvidas, as quais se mostraram pouco influentes na orientação e regulação dos fluxos.

No presente, um traço emergente da presença portuguesa na região é a tendência para a sua progressiva erosão e esbatimento. Isto acontece por diferentes motivos. Desde logo, devido à reduzida dimensão quantitativa dos residentes portugueses (mesmo que consideremos claramente subavaliados os números consulares) e à interrupção dos fluxos a partir dos primeiros anos da década de 1960. Se exceptuarmos o caso do Brasil, que testemunhou um aumento episódico da imigração portuguesa nos anos subsequentes à revolução de Abril de 1974 e que no final do século continuava a receber, embora em números muito reduzidos, alguns emigrantes portugueses, a tendência é a do aumento dos luso-descendentes e do “desaparecimento” progressivo

de residentes de nacionalidade portuguesa.¹² Em segundo lugar, o predomínio de uma modalidade de integração por assimilação não parece ter favorecido, sobretudo entre os luso-descendentes, o desenvolvimento ou reforço dos referenciais identitários relacionados com Portugal. Se entre os designados imigrantes de primeira geração se assiste ainda a uma mobilização significativa da(s) identidade(s) portuguesa(s) — no âmbito de uma intensa e relativamente participada vida associativa nos casos da Argentina e Uruguai e de uma reinvenção da “açorianidade” entre certos grupos no Sul do Brasil—, a verdade é que entre as gerações mais jovens o recurso a esses quadros cognitivos parece acontecer apenas, e de forma não sistemática, relativamente a fenómenos que mobilizam fortemente identidades nacionais como o futebol, ou quando estão em causa motivações instrumentais, como é o caso do mais recente interesse em empreender projectos migratórios em direcção à Europa.

Contudo, não obstante esta tendência, outro traço importante no retrato presente dos imigrantes portugueses na Região Platina é ainda a persistência de uma forte dinâmica associativa, visível sobretudo na Argentina e no Uruguai. No caso do Sul do Brasil, as associações parecem não desempenhar um papel com idêntico relevo na mobilização e envolvimento dos portugueses e luso-descendentes. Em todo o caso, nos três países platinos observa-se um fenómeno curioso: a presença frequente de cônjuges (ou amigos) não portugueses que se integram plenamente na vida associativa e no seu trabalho quotidiano. Esta é, talvez, uma prova de quanto os portugueses e seus descendentes se encontram efectivamente integrados. A assimilação nas sociedades locais é muito forte mas preservam-se, simultaneamente, referenciais identitários da origem. Pode aliás colocar-se a hipótese de que em sociedades social e culturalmente tão plurais como as que receberam estes imigrantes, a lógica da activação e mobilização de quadros culturais do país de origem — através, por exemplo, do associativismo — constituirá, mais que apenas um efeito de processos de integração “eticizante” (Pires, 2003) (decorrentes da lógica das redes com que, de uma forma geral, se organizaram os percursos e modos de integração dos emigrantes portugueses nestes países), um recurso efectivo e eficaz de assimilação. Este é um tema a desenvolver em próximas publicações da investigação que serve de base a este artigo.

Referências bibliográficas

- Aguiar, Manuela (1970), *Política de Emigração e Comunidades Portuguesas*, Porto, Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas.
- AIBGE (vários anos), *Anuário Estatístico*, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

12 Apesar de significativo, o aumento de pedidos de obtenção do passaporte português por parte de muitos imigrantes ou seus descendentes com vista a viabilizar a partida para a Europa no contexto da crise económica que veio a afectar estes países no início da década de 2000 não parece ser de molde a inverter esta tendência.

- Antunes, M. L. Marinho (1970), "Vinte anos de emigração portuguesa: alguns dados e comentários", *Análise Social*, VIII (30-31), pp. 299-385.
- Assunção, Fernando O. (2004), *Portugueses en el Río de la Plata. Presencias y Herencias del Siglo XVI al Siglo XX*, Montevideo, Embajada de Portugal.
- Baganha, Maria Ioannis B. (1994), "As correntes emigratórias portuguesas no século XX e o seu impacto na economia nacional", *Análise Social*, XXIX (128), pp. 959-980.
- Baganha, Maria Ioannis (2000), "La emigración portuguesa después de la Segunda Guerra Mundial", em António Costa Pinto (org.), *Portugal Contemporâneo*, Madrid, Sequitur.
- Baily, Samuel L., e Eduardo José Míguez (orgs.) (2003), *Mass Migration to Modern Latin America*, Wilmington, DE, Scholarly Resources.
- BJNE (vários anos), *Boletim Anual*, Junta Nacional da Emigração.
- Borges, Marcelo J. (1997), *Portuguese in Two Worlds. A Historical Study of Migration from Algarve to Argentina* (tese de doutoramento), Rutgers University.
- Bussola, Diego (2005), "Os portugueses na região platina: notas sobre a singularidade argentina", 1.º *Seminário sobre a Comunidade Portuguesa no Cone Sul*, Instituto Camões, Buenos Aires, 30 de Setembro.
- Corrêa, Luiz Felipe de Seixas (2000), "O Brasil e os seus vizinhos: uma aproximação histórica", em AA.VV., *Brasil-Argentina. A Visão do Outro*, Brasília, FUNAG-FUNCEB, pp. 29-43.
- Devoto, Fernando (2003), *Historia de la Inmigración en Argentina*, Buenos Aires, Editorial Sudamericana.
- DGACCP, Direção-Geral dos Assuntos Consulares e Comunidades Portuguesas (accedida em Setembro 2005) <http://secomunidades.pt>.
- Escudé, Carlos, e Andrés Cisneros (2000), *Historia General de las Relaciones Exteriores de la República Argentina*, Buenos Aires, GEL.
- Finch, Henry (1995), "Uruguayan migration", em Robin Cohen (org.), *The Cambridge Survey of World Migration*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Fiori, Neide (2006), "Imigração portuguesa e nacionalismo cultural brasileiro: o 'regime de cotas' de imigrantes", *II Congresso Internacional sobre "A Imigração em Portugal e na União Europeia"*, Angra do Heroísmo (Açores), 23 e 24 de Novembro.
- Klein, Herbert S. (1996), *La Inmigración Española en Brasil*, Gijón, Fundación Archivo de Indios.
- Kritz, Mary, e Douglas Gurak (1979), "International migration trends in Latin America: research and data survey", *International Migration Review*, 13 (3), pp. 407-427.
- Kühn, Fábio (2002), *Breve História do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, Leitura XXI.
- Padilla, Beatriz (2004), "A imigração invisível: presença portuguesa no Rio da Prata", *Colóquio Internacional sobre Território e Povoamento*, Instituto Camões, Colónia de Sacramento (Uruguai), 23-26 de Março.
- Pereira, Miriam Halpern (2002), *A Política Portuguesa de Emigração, 1850-1930*, Lisboa, Instituto Camões.
- Pires, Rui Pena (2003), *Migrações e Integração*, Oeiras, Celta Editora.
- Rocha-Trindade, Maria Beatriz (2001) "As políticas portuguesas para a emigração", *Janus* 2001, 140-141.
- Romero, José Luis (1978), *Breve Historia de la Argentina*, Buenos Aires, Editorial Huemul.

- Sánchez-Alonso, Blanca (2005), "Políticas de imigração na América Latina", em António Barreto (org.), *Globalização e Migrações*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, pp. 101-121.
- Schwartzman, Simon, Helena Maria Bousquet Bomeny, e Vanda Maria Ribeiro Costa (1984), *Tempos de Capanema*, Rio de Janeiro, Paz e Terra / São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo.
- Svetlitz de Nemirovsky, Ada (2002), *Desarrollo e inmigración portuguesa en el Área Metropolitana de Buenos Aires. Transformaciones y continuidades agrarias en el Partido de la Matanza* (tese de doutoramento), Huelva, policopiado.
- Svetlitz de Nemirovsky, Ada, e Rosana González (2005), "Produtores hortícolas portuguesas na região metropolitana de Buenos Aires", *Análise Social*, XL (175), pp. 297-318.
- Torres, Susana (1995), *Two Oil Company Towns in Patagonia. European Immigrants, Class, and Ethnicity (1907-1933)* (tese de doutoramento), Rutgers University.
- Westphalen, Cecília Maria, e Altiva Pilatti Balhana (1993), "Política e legislação imigratórias brasileiras e a imigração portuguesa", em Maria Beatriz Nizza da Silva, Maria Ioannis Baganha, Maria José Maranhão e Miriam Halpern Pereira, *Emigração/Imigração em Portugal. Actas do Colóquio Internacional sobre Emigração e Imigração em Portugal (séculos XIX-XX)*, Lisboa, Fragmentos.
- Wilde, Guillermo (2003), "Orden y ambigüedad en la formación territorial del Río de la Plata a fines del siglo XVIII", *Horizontes Antropológicos* [Porto Alegre], 9 (19), pp. 105-135.

Helena Carreiras. Professora auxiliar no Departamento de Sociologia do ISCTE e investigadora no Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES-ISCTE), Lisboa. *E-mail*: helena.carreiras@iscte.pt

Andrés Malamud. Investigador no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS-UL) e no Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES-ISCTE), Lisboa. *E-mail*: andres.malamud@eui.eu

Beatriz Padilla. Investigadora no Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES-ISCTE), Lisboa. *E-mail*: beatriz.padilla@iscte.pt

Maria Xavier. Investigadora no Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES-ISCTE), Lisboa. *E-mail*: mboas@c-americalatina.pt

Diego Bussola. Investigador no Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES-ISCTE), Lisboa. Bolseiro de doutoramento da Fundação para a Ciência e a Tecnologia. *E-mail*: diego.bussola@iscte.pt

Resumo/ abstract/ résumé/ resumen

Do fado ao tango: a emigração portuguesa para a Região Platina

É conhecida a importância da emigração espanhola e italiana na constituição das sociedades nacionais do cone sul da América Latina; muito menos se sabe sobre a emigração portuguesa, especialmente nos países de fala hispânica. Este artigo

explora as dinâmicas migratórias e as características dos imigrantes portugueses na região do Rio da Prata, área que abarca a República Oriental do Uruguai, as províncias do litoral argentino e os estados do Sul do Brasil. Após uma introdução em que se descreve a singularidade histórica e geográfica da região, apresenta-se uma análise sucinta dos processos migratórios que a foram povoando entre meados do século XIX e o final do século XX. Identificam-se políticas migratórias na origem e no destino e periodizam-se os fluxos migratórios provenientes de Portugal. Em seguida, apresentam-se alguns elementos de caracterização dos vários núcleos de imigrantes portugueses e luso-descendentes, bem como as respectivas dinâmicas associativas. O artigo conclui com uma série de reflexões comparativas.

Palavras-chave migrações internacionais, emigração portuguesa, políticas migratórias, Portugal, América Latina, Região Platina.

From fado to tango: portuguese emigration to the River Plate

The significance of Spanish and Italian emigration in the constitution of the national societies of Latin America's Southern Cone is well known; in contrast, much less is known about the Portuguese emigration, especially in the Spanish-speaking countries of Argentina and Uruguay. This article explores the migratory dynamics and the characteristics of the Portuguese emigrants in the River Plate, a region that encompasses Uruguay, the littoral provinces of Argentina and three states in Southern Brazil. After an introduction to the historical and geographic features of the region, we present a succinct analysis of the migratory processes that populated it between the middle of the XIXth century and the end of the XXth century. We single out the migratory policies of origin and destiny and advance a periodisation of the migratory flows originating from Portugal. Next, we suggest a series of elements to characterize the Portuguese and Portuguese-descendent communities and their associative dynamics. The article ends with some comparative reflections.

Key-words international migrations, portuguese emigration, migratory policies, Portugal, Latin America, River Plate.

Du fado au tango: l'émigration portugaise vers la Région du Rio de la Plata

L'importance de l'émigration espagnole et italienne dans la constitution des sociétés nationales du cône sud de l'Amérique Latine est bien connue; en revanche, nous en savons bien moins sur l'émigration portugaise, surtout dans les pays de langue hispanique. Cet article explore les dynamiques migratoires et les caractéristiques des immigrants portugais dans la région du Rio de la Plata, zone qui comprend la République Orientale de l'Uruguay, les provinces du littoral argentin et les états du sud du Brésil. Après une introduction qui décrit la singularité historique et

géographique de la région, l'article présente une analyse succincte des processus migratoires qui l'ont peuplée entre le milieu du XIX^{ème} siècle et la fin du XX^{ème} siècle. Il identifie les politiques migratoires dans les pays d'origine et de destination et périodise les flux migratoires provenant du Portugal. Il présente ensuite quelques éléments de caractérisation de divers groupes d'émigrants portugais et luso-descendants, ainsi que leurs dynamiques associatives. L'article conclut par une série de réflexions comparatives.

Mots-clé migrations internationales, émigration portugaise, politiques migratoires, Portugal, Amérique Latine, Région du Rio de la Plata.

Del fado al tango: la emigración portuguesa hacia el Río de la Plata

Es conocida la importancia de la emigración española e italiana en la construcción de las sociedades nacionales del Cono Sur de América Latina; mucho menos se sabe, en cambio, sobre la emigración portuguesa, especialmente en los países hispano-parlantes. Este artículo explora las dinámicas migratorias y las características de los inmigrantes portugueses en la región del Río de la Plata, que abarca la República Oriental del Uruguay, las provincias del litoral argentino y los estados del sur de Brasil. Luego de una introducción en que se describe la singularidad histórica y geográfica de la zona, se presenta un análisis sucinto de los procesos migratorios que la fueron poblando entre mediados del siglo XIX y fines del XX. A continuación se identifican las políticas migratorias en el origen y destino y se periodizan los flujos migratorios provenientes de Portugal. Por fin, se presentan algunos elementos de caracterización de los varios núcleos de inmigrantes portugueses y luso-descendientes, así como las respectivas dinámicas asociativas. El artículo concluye con una serie de reflexiones comparativas.

Palavras-clave migraciones internacionales, emigración portuguesa, políticas migratorias, Portugal, América Latina, Rio de la Plata.